

AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO SUSTENTÁVEL 2030



Sustentável 2030

O que é?

- O Sustentável 2030 é um programa dedicado à Ação Climática e Sustentabilidade;
- Tem uma dotação de 3,1 mil milhões de euros financiados pelo Fundo de Coesão;
- É um programa de âmbito nacional para dar resposta aos desafios decorrentes da sustentabilidade e transição climática, com especial enfoque na descarbonização dos diversos setores da economia.



Avaliação

Como está a correr o Programa Sustentável 2030?

A avaliação pretende saber:

- Se a estratégia, o acompanhamento e os instrumentos de apoio estão a funcionar bem – e se estão a garantir uma implementação eficiente e com resultados;
- Se ritmo de execução para saber se o Programa está no caminho certo para cumprir os seus objetivos e alcançar as metas previstas.



Questões de Avaliação

Como se desenvolveu a avaliação ?

As Questões de Avaliação (QA) vão direto ao que importa, cobrindo os aspetos chave do Programa que se querem analisar. No caso da avaliação da implementação do Sustentável 2030 foram definidas oito QA.

QA1	Os processos administrativos e os sistemas de informação usados ao longo do projeto funcionam bem e cumprem os objetivos?
QA2	O programa tem conseguido mobilizar candidaturas alinhadas com os seus objetivos e ajustadas ao perfil dos seus principais beneficiários?
QA3	O Programa está a conseguir escolher os projetos que melhor contribuem para atingir os seus objetivos, dentro dos prazos necessários?
QA4	O sistema de informação do Programa funciona e fornece os dados essenciais para gerir, acompanhar e avaliar os projetos com eficácia?
QA5	A estrutura de gestão do Programa funciona bem? A delegação de tarefas nos OI ajuda a tornar a gestão mais eficaz e eficiente?
QA6	O modelo de governação está realmente a ajudar a tornar a gestão do Programa mais eficaz e eficiente?
QA7	O progresso do Programa – em projetos aprovados, fundos comprometidos e execução – está a garantir o cumprimento das metas e objetivos em cada área de intervenção?
QA8	A estratégia de divulgação/comunicação do Programa está a funcionar bem?



Metodologia

Como foi feito o trabalho?

A avaliação utilizou várias fontes e técnicas de recolha de informação para garantir uma compreensão sólida e fiável da informação para elaborar as respostas às QA: entrevistas, análise documental, estudos de caso (Tipo I e Tipo II), inquéritos e grupos focais. Foi ainda realizado um workshop relacionado com os estudos de caso Tipo II. As entrevistas tiveram um papel central e, em combinação com a análise documental, os questionários e os estudos de caso, permitiram cruzar evidências, validar resultados e aprofundar conclusões.



Conclusões e Recomendações

O que resultou da avaliação?

Procedimentos Administrativos



O Balcão dos Fundos torna candidaturas e pagamentos mais simples, mas ainda precisa de maior flexibilidade e adaptação às especificidades dos programas. Apesar da documentação clara e dos formulários uniformizados, persistem dificuldades de usabilidade e limitações na capacitação tanto dos beneficiários como das equipas técnicas.



Procura e Qualidade da Procura

A abertura rápida de novos avisos (no contexto da abertura de novas elegibilidades) e o reforço da capacitação (indicadores, fundamentação técnica, orçamentação e contratação pública) são fundamentais para elevar a qualidade das candidaturas. O aumento da oferta de capacitação deve ser acompanhada de uma adequada segmentação dos destinatários e melhor divulgação das ações.



Eficiência do Processo de Seleção e Decisão

O atraso na execução dos investimentos resulta de fatores administrativos e técnicos – autorizações de despesa, visto do Tribunal de Contas e planeamento insuficiente. A autorização de despesa é um dos maiores bloqueios, pelo que deve ser ponderada a sua exigência como critério de maturidade mínima ou criada uma solução legislativa que simplifique a sua obtenção. Idealmente, candidatura e autorização de despesa deveriam avançar em paralelo. Na mesma linha, o visto do Tribunal de Contas poderia passar a ser obtido após o início da empreitada, desde que o enquadramento legal o permita – uma solução que já está a ser discutida no âmbito da reforma do Estado de acordo com a comunicação social. No caso de projetos de maior dimensão e complexidade, a maturidade mínima a cumprir em sede de candidatura deve ser o projeto de execução. Isto implica planear os investimentos mais cedo, antecipando necessidades em vez de reagir apenas quando surge a oportunidade de financiamento.



Recolha de Informação e Indicadores

Os indicadores são adequados e coerentes com as áreas de intervenção. Deve ser dada continuidade ao trabalho de melhoramento do sistema de recolha de informação relativa a indicadores em fase de execução.



Estrutura de Gestão do Programa

A delegação de competências aos OI melhora a eficácia e a proximidade com os beneficiários, mas requer maior autonomia e reforço técnico. A falta de recursos humanos especializados limita a capacidade de acompanhamento e resposta da Autoridade de Gestão.



Modelo de Governação

O modelo de governação garante coerência estratégica, mas apresenta excesso de formalismo. O Comité de Acompanhamento (CA) e a Rede de Ação Climática e Sustentabilidade (RACS) desempenham papéis importantes. No caso do CA, a comunicação e articulação dos seus membros deve ser fomentada com a criação de subgrupos temáticos.



Ritmo de Implementação

A execução dos investimentos é penalizada por atrasos administrativos, sobreposição de períodos de financiamento e pouco realismo dos cronogramas apresentados pelos beneficiários. A simplificação administrativa deve ser facilitada por via de enquadramento legislativo, assim como deve ser equacionado a aplicação de penalizações por incumprimento do cronograma aprovado pela Autoridade de Gestão.



Notoriedade do Programa

A Estratégia de Comunicação está ainda numa fase inicial, com visibilidade crescente mas aquém das metas. Faltam segmentação, monitorização e recursos humanos dedicados. É necessário reforçar a presença digital e incentivar uma comunicação mais ativa e estratégica por parte dos beneficiários.